

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 120.100 - AL (2019/0331205-6)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
RECORRENTE : JIMMY HENDERSON DA SILVA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por JIMMY HENDERSON DA SILVA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas (HC n. 0015982-72.2019.8.16.0000).

Segundo consta dos autos, o recorrente foi preso em flagrante no dia 1º/7/2018 (prisão convertida em preventiva) pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 33, 35 e 40, VI, todos da Lei n. 11.343/2006, porque, em abordagem policial, foi encontrado com o recorrente e uma adolescente, **28,191kg de maconha** (e-STJ fl. 46).

A Defensoria Pública impetrou *habeas corpus* perante a Corte estadual, alegando, em síntese, excesso de prazo para a formação da culpa, porquanto o réu estaria preso há 1 ano sem que tenha sido iniciada a instrução criminal (e-STJ fl. 101). O Tribunal, contudo, denegou a ordem, nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 100):

PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. EXCESSO DE PRAZO. PACIENTE PRESO HÁ 1 (UM) ANO. NÃO VISLUMBRADO. TEMPO PARA O ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL QUE NÃO PODE SER CONSIDERADO POR MERA CONTA ARITMÉTICA. MOVIMENTAÇÃO NO SENTIDO DE CONCLUIR A AÇÃO PENAL ORIGINÁRIA. AUDIÊNCIA DESIGNADA PARA DATA PRÓXIMA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO.

1 - O constrangimento ilegal deve ser aferido segundo as circunstâncias do caso concreto, especialmente diante da sua complexidade e das diligências necessárias.

2 - Não há que se falar em excesso de prazo quando evidenciada intensa movimentação processual no sentido de

concluir a ação penal originária, especialmente quando existe audiência designada para data próxima, demonstrando a intenção em concluir a ação penal originária.

3 - Ordem conhecida e, no mérito, denegada.

Na presente oportunidade, a Defensoria Pública reafirma a tese de excesso de prazo, complementando que o recorrente está segregado por mais de 1 ano e 2 meses, sem que tenha sido iniciada a instrução criminal, o que ultrapassa os limites da razoabilidade. Menciona, ainda, que a defesa não contribuiu para o atraso.

Diante disso, pede, liminarmente e no mérito, o relaxamento da prisão cautelar, expedindo-se o competente alvará de soltura.

Indeferido o pedido liminar (e-STJ fls. 135/137) e prestadas as informações (e-STJ fls. 141/145), o Ministério Público Federal manifestou-se pelo não provimento do recurso, em parecer assim ementado (e-STJ fls. 150/151):

RECURSO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES INTERESTADUAL E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. PRETENSÃO VOLTADA PARA O RECONHECIMENTO DE EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. NÃO CONFIGURAÇÃO. DEMORA QUE NÃO PODE SER IMPUTADA AO ESTADO-JUIZ. Pelo não provimento do recurso

É o relatório. **Decido.**

A questão jurídica limita-se a verificar a (i) legalidade na prisão cautelar do paciente, sob a tese de excesso de prazo na instrução criminal.

A Constituição Federal, no art. 5º, inciso LXXVIII, prescreve: *a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.* No entanto, essa garantia deve ser compatibilizada com outras de igual estatura constitucional, como o devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório que, da mesma forma, precisam ser asseguradas às partes no curso do processo.

Sobre esse aspecto, é cediço que *Os prazos processuais não tem as características de fatalidade e improrrogabilidade, fazendo-se imprescindível raciocinar com juízo de razoabilidade para definir o excesso de prazo, não se ponderando a mera soma aritmética dos prazos para os atos processuais (precedentes)* (RHC n. 88.588/MS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, Quinta Turma, julgado em 14/11/2017, DJe 22/11/2017).

Trago à balha as informações do Juízo processante, sobre o andamento da ação penal (e-STJ fls. 141/145):

Senhor Relator, analisando os autos de nº 0700508-37.2018.8.02.0067, observa-se que o paciente foi preso em flagrante porque, no dia 01/07/2018, uma guarnição da polícia militar localizou, no interior de um veículo Ford Ecosport na cor branca, placa QKR8917, o qual era de propriedade do denunciado, cerca de 28,191 kg (vinte e oito quilos e noventa e um gramas) de maconha, 01 (um) aparelho celular, marca motorola, modelo XT1763, cor rose, com bateria, um microchip da Oi e outro da Tim, e um cartão de memória de 2 GB, com pequenas avarias.

Em sede de audiência de custódia, ocorrida em 02/07/2018, a prisão em flagrante do paciente foi homologada e convertida em segregação preventiva (p. 27-29).

Este Juízo manteve a prisão preventiva do agente por ser uma medida cautelar necessária e adequada à espécie (p. 151-155, 199-211 e 287-288).

No momento, aguarda-se a realização da audiência de instrução, já designada para o dia 11/12/19 às 16:30h (p. 311).

O Tribunal de Justiça local afastou a tese do excesso de prazo com base na seguinte fundamentação (e-STJ fls. 100/105):

9 - Pois bem. A irresignação da impetrante cinge-se à alegação de excesso de prazo na prisão preventiva do paciente, tendo em vista que este se encontraria recolhido cautelarmente há 1 (um) ano sem que a instrução processual tenha sido iniciada, caracterizando, desta forma, o constrangimento ilegal por excesso de prazo.

10 - Inicialmente, quanto ao alegado excesso de prazo, sobre o assunto, é cediço que quando se trata de sua averiguação em

Superior Tribunal de Justiça

sede de prisão cautelar, as decisões do Superior Tribunal de Justiça têm sido uníssonas em aplicar o princípio da proporcionalidade, o que exclui o critério unicamente aritmético para determinar o termo inicial ou final da conclusão da fase instrutória.

o (1) N (:) co O C os `ft CO o (f) o o e o a) 11 - Assim sendo, em consulta ao Sistema de Automação da Justiça - SAJ (primeiro grau), verifico o seguinte trâmite dos autos originários (0700508-37.2018.8.02.0067):

Data/Hora Movimentação:

06/08/2019 Juntada de Informações

02/08/2019 Juntada de Documento

23/07/2019 Juntada de Documento

11/07/2019 Juntada de Documento

10/07/2019 Juntada de Petição

08/07/2019 Juntada de Documento

03/07/2019 Juntada de Documento

24/05/2019 Classe Processual alterada

13/05/2019 Juntada de Documento

10/05/2019 Audiência Designada

08/05/2019 Juntada de Documento

29/04/2019 Juntada de Petição

12/04/2019 Juntada de Documento

08/04/2019 Juntada de Documento

12/03/2019 Juntada de Petição

11/03/2019 Audiência Designada

01/03/2019 Decisão Proferida

21/02/2019 Juntada de Petição

20/02/2019 Juntada de Documento

30/01/2019 Juntada de Documento

16/01/2019 Juntada de Petição

11/01/2019 Ato ordinatório praticado

03/12/2018 Audiência Designada

23/11/2018 Decisão Proferida

Superior Tribunal de Justiça

21/11/2018 Juntada de Petição
24/10/2018 Decisão Proferida
17/10/2018 Juntada de Petição
05/10/2018 Vista ao MP - Portal Eletrônico
03/10/2018 Juntada de Documento
17/08/2018 Juntada de Petição e,
30/07/2018 Juntada de Documento
27/07/2018 Juntada de Petição
23/07/2018 Juntada de Documento
23/07/2018 Alvará Expedido
20/07/2018 Juntada de Petição
19/07/2018 Decisão Proferida
05/07/2018 Juntada de Petição
04/07/2018 Redistribuição por Sorteio
04/07/2018 Redistribuído entre Foros
02/07/2018 Audiência de Custódia Realizada - Réu Mantido Preso
01/07/2018 Distribuído por Sorteio

Na realidade, a tratativa das questões de alegação de excesso de prazo merece um estudo caso a caso. É que a depender da complexidade do caso, necessário se faz ampliar o rol de diligências, ou mesmo, considerar a existência de retardamento por conta de inúmeras intervenções e pedidos da defesa, devendo ser considerada, ainda, até mesmo a quantidade de réus e crimes que encontram sendo investigados.

Em que pese a tramitação do processo esteja mais lento do que o desejável, não é possível visualizar um excesso de prazo que exorbite o admissível na condução de um processo, até porque, do extrato dos autos de primeiro grau já colacionado, é possível o depreender que não há desídia na sua condução. Ao contrário, há intensa movimentação processual de forma que merece pronta rejeição a alegação da impetrante de que "inexistem (i) motivos" para a dilação na conclusão do feito em questão, especialmente quando verificada que a audiência de instrução e julgamento foi devidamente designada para o dia 17/09/2019.

Sobre a questão, observe-se o julgado do Supremo Tribunal de Justiça:

HABEAS CORPUS. PROCESSO PENAL. CRIMES PREVISTOS NOS ARTS. 33, CAPUT, E 35, AMBOS DA LEI N.º 11.343/2006. ALEGADA AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE AUTORIA E MATERIALIDADE DELITIVA. ANÁLISE INVIÁVEL NA VIA ESTREITA DO WRIT. , o PRISÃO DOMICILIAR. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PRISÃO EM c,..

FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA DA CONDOTA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. MEDIDAS CAUTELARES o DIVERSAS DA PRISÃO. INSUFICIÊNCIA. EXCESSO DE PRAZO. NÃO OCORRÊNCIA. DESÍDIA DA AUTORIDADE JUDICIAL NÃO EVIDENCIADA. HABEAS CORPUS CONHECIDO EM PARTE E, NESSA EXTENSÃO, DENEGADA A ORDEM, COM RECOMENDAÇÃO.

1. "No procedimento do habeas corpus não se permite a produção de provas, destinando-se ao exame de ilegalidades aferíveis de plano, assim não se el.' ,o tomando possível o pretendido enfrentamento de provas da materialidade e 0 a) autoria delitiva" (HC 444.142/MG, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 23/08/2018).

2. A questão referente à prisão domiciliar - pleito formulado em razão do estado de saúde do Paciente - não foi examinada pelo Tribunal local. Supressão de instância.

3. A prisão cautelar do Recorrente está conformada com os preceitos contidos nos arts. 312 e 313 do Código de Processo Penal e mostra-se suficientemente fundamentada nos fatos constantes dos autos, revelando a pertinência da segregação preventiva sub judice como forma de garantir a ordem pública.

4. O decreto prisional ressaltou a gravidade concreta da conduta, consubstanciada na quantidade de droga apreendida em poder do Acusado - 1.275,10 kg (mil duzentos e setenta e cinco quilogramas e cem gramas) de maconha, distribuída em 1.741 tabletes envoltos e filme de plástico incolor (PVC) -, além da considerável quantia em dinheiro - R\$2.250,00 (dois mil duzentos e cinquenta reais) -, bem como três veículos automotores - GM Astra, Hyundai VR/HDB e Toyota Hilux -, o que autoriza a decretação da prisão preventiva para a garantia

da ordem pública.

5. A existência de condições pessoais favoráveis, tais como primariedade, bons antecedentes, ocupação lícita e residência fixa, não é apta a desconstituir a prisão processual, caso estejam presentes os requisitos de ordem objetiva e subjetiva que autorizem a imposição da medida extrema, como verificado na hipótese.

6. Demonstradas pelas instâncias ordinárias, com expressa menção à situação concreta, a presença dos pressupostos da prisão preventiva, não é possível a aplicação de nenhuma das medidas cautelares alternativas à prisão, elencadas no art. 319 do Código de Processo Penal.

7. Os prazos indicados para a instrução criminal servem apenas como parâmetro geral, pois variam conforme as peculiaridades de cada processo, razão pela qual eles têm sido mitigados pela jurisprudência dos Tribunais Pátrios, à luz do princípio da razoabilidade. Desse modo, somente se cogita da existência de constrangimento ilegal por excesso de prazo quando esse for motivado por descaso injustificado do Juízo processante, o que não se verifica na hipótese.

8. In casu, já foi realizada audiência de instrução e julgamento, com a oitiva de testemunhas e o interrogatório dos Acusados. O feito apenas aguarda o retorno das provas requeridas pelo Parquet na mencionada audiência para a apresentação de alegações finais pelas partes e a prolação da sentença, o que demonstra que o processo vem recebendo a devida tramitação.

9. Ordem de habeas corpus parcialmente conhecida e, nessa extensão, denegada, com recomendação de urgência no prosseguimento do feito.

(HC 504.758/RJ, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 02/08/2019) Grifei

15 - Para além, é de se observar que a decisão proferida se encontra em conformidade com os princípios do direito, assim como, de acordo com os requisitos autorizadores da segregação do paciente, mormente porque **o paciente se deslocou para o Estado de São Paulo para apanhar a vultosa quantidade de drogas (28,191 kg) para ser distribuída na capital alagoana, consoante fl. 4 dos autos originais.**

16 - Ressalto, ainda, em consulta ao autos originais, **em decisão de fl. 199/201, o magistrado singular observou que o denunciado responde a outros processos, sendo uma pela**

suposta prática dos crimes incursos nos art. 33 e 35 da Lei 11.343/06 e outra por homicídio (autos n° 0712089-58.2015.8.02.0001 e 0718936-47.2013.8.02.0001).

17 - Em sendo assim, reiterando as razões expostas pelo magistrado singular, concluo que os argumentos lançados pela impetrante não procedem, entendendo ser necessária a manutenção da prisão preventiva do paciente.

18 - Por todo o exposto, conheço do writ e, no mérito, denego a ordem impetrada, vez que presentes os requisitos da preventiva.

O paciente foi preso em flagrante no dia 1º de julho de 2018 e está sendo processado pela prática do crime de tráfico de drogas e associação para o tráfico.

Trata-se de ação relativamente complexa e o Juízo processante informou que houve a necessidade de realização de diligências, após a prisão do paciente, bem como alguns pedidos de revogação da sua prisão preventiva. Ademais, houve necessidade de adiamento da audiência de instrução e julgamento, inicialmente desingada para 8/5/2019, por ausência das testemunhas de acusação e de defesa. Em seguida, a audiência designada para o dia 17/9/2019 também precisou ser redesignada e está prevista para data próxima (11/12/2019).

No caso, embora não se possa falar que o tempo de prisão cautelar é exíguo (1 ano e 4 meses), não se reputa haver excesso de prazo hábil a permitir a revogação da prisão preventiva do paciente. Trata-se de ação penal relativamente complexa, envolve a prática de crime grave (tráfico de drogas e associação para o tráfico: apreensão de 28,191kg de maconha), com pena em abstrato elevada. Houve necessidade de realização de diligências, ausência de testemunhas, adiamento de audiências, e pedidos de revogação de prisão preventiva, formulados pela defesa. Além disso, o paciente responde a outras ações penais, por tráfico de drogas e homicídio, o que evidencia persistência na prática delitiva. Por fim, o processo não ficou paralisado, teve escorreito impulso judicial e a audiência de instrução e julgamento está designada para data próxima.

Para a caracterização do excesso de prazo, a demora excessiva deve estar vinculada à desídia do Poder Público, em decorrência, por exemplo, de eventual procedimento omissivo do magistrado ou da acusação, o que não se verifica na espécie, uma vez que a ação penal apresenta processamento dentro dos limites da razoabilidade.

A ação se desenvolve de forma regular, sem comprovação de desídia ou inércia do Magistrado singular.

Nesse sentido:

[...]

1. A questão do excesso de prazo na formação da culpa não se esgota na simples verificação aritmética dos prazos previstos na lei processual, devendo ser analisada à luz do princípio da razoabilidade, segundo as circunstâncias detalhadas de cada caso concreto. 2. Examinando a ordem cronológica, verifica-se que a dilação do prazo para o término da instrução não se deu de maneira irregular, tendo o feito tramitado dentro dos limites da razoabilidade. 3. Na hipótese, o feito conta com 16 acusados, assistidos por advogados distintos, diversas testemunhas, havendo necessidade de realizar audiência por videoconferência e sendo registrado o desmembramento do feito em relação a um dos acusados. Ademais, já há audiência designada para a oitiva da última testemunha e interrogatório dos réus. [...] (HC 420.309/RJ, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 16/11/2017, DJe 24/11/2017, g.n.)

[...] II - Os prazos processuais não tem as características de fatalidade e improrrogabilidade, fazendo-se imprescindível raciocinar com juízo de razoabilidade para definir o excesso de prazo, não se ponderando a mera soma aritmética dos prazos para os atos processuais (precedentes). III - Na hipótese, verifica-se que os trâmites processuais ocorrem dentro da normalidade, não se tendo qualquer notícia de fato que evidencie atraso injustificado ou desídia atribuível ao Poder Judiciário, razão pela qual, por ora, não se reconhece o constrangimento ilegal suscitado. [...] (RHC 88.588/MS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 14/11/2017, DJe 22/11/2017, g.n.)

[...] 2. *O excesso de prazo para o término da instrução criminal, segundo entendimento jurisprudencial deste Tribunal, deve ser aferido dentro dos limites da razoabilidade, considerando circunstâncias excepcionais que venham a retardar a instrução criminal e não se restringindo à simples soma aritmética de prazos processuais.* 3. *Na hipótese, apesar de custodiado o paciente desde 10/06/2013, o retardo no processamento do feito criminal adveio da complexidade da causa, evidenciada pelo número de acusados (três) e de vítimas (quatro) envolvidos - o que acarretou a expedição e renovação de cartas precatórias para várias comarcas -, pela redistribuição do feito por deslocamento de competência, bem como pela necessidade de apreciação dos diversos pedidos formulados pela defesa dos réus (transferências prisionais e relaxamento de custódia), sem se divisar qualquer desídia do magistrado singular na condução da marcha processual.* 4. *Habeas corpus não conhecido.* (HC-304.054/PE, Rel. Min. Gurgel de Faria, Quinta Turma, j. em 28/4/2015, DJe de 18/5/2015, g.n.).

Assim sendo, porquanto não comprovada a desídia do Poder Judiciário na condução do processo, não se vislumbra constrangimento ilegal hábil a ser reparado por este Superior Tribunal de Justiça.

Por fim, determina o artigo 34, XX, do Regimento Interno do STJ: *São atribuições do relator: XX - decidir o habeas corpus quando for manifestamente inadmissível, intempestivo, infundado, prejudicado ou improcedente, ou se conformar com súmula ou jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal ou as confrontar.*

Como entendimento esposado na presente decisão se conforma com a jurisprudência consolidada desta Corte Superior, atrai a incidência do art. 34, XX, do Regimento Interno do STJ.

Por fim, determina o artigo 34, XVIII, "b" do Regimento Interno do STJ. São atribuições do relator:

XVIII - distribuídos os autos:

Superior Tribunal de Justiça

*b) **negar** provimento ao recurso ou pedido que for contrário a tese fixada em julgamento de recurso repetitivo ou de repercussão geral, a entendimento firmado em incidente de assunção de competência, a súmula do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça ou, ainda, a jurisprudência dominante acerca do tema;*

O entendimento esposado na presente decisão se conforma com a jurisprudência consolidada desta Corte Superior, o que atrai a incidência do art. 34, XVIII, "b", do Regimento Interno do STJ.

Ante o exposto, nos termos do art. 34, XVIII, "b" do RISTJ, **nego provimento** ao presente recurso *habeas corpus*, por manifestamente improcedente. Recomenda-se, entretanto, ao Juízo processante, que imprima celeridade no encerramento da ação penal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator